

A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DOS REGIMES ALIMENTARES E A ESCALA GEOGRÁFICA

Estevan Leopoldo de Freitas Coca¹

Resumo

A abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares é uma útil ferramenta para a análise dos tensionamentos do sistema agroalimentar global. Por meio dela é possível constatar a utilização do alimento como recurso de poder por parte das grandes potências, sejam elas Estados-Nação ou empresas. Na atualidade, predomina o regime alimentar corporativo em que podem ser constatados fatores como a padronização da dieta da população mundial, a persistência da fome, o aumento dos índices de obesidade, os grandes negócios por terras envolvendo estrangeiros e outros. Nesse texto é feita uma leitura sobre as relações escalares como componentes dos regimes alimentares. Assim, é destacada a dimensão geográfica desse processo. O trabalho desenvolveu-se por meio de um amplo levantamento teórico em artigos científicos, livros e documentos de órgãos multilaterais. A principal conclusão remete ao fato de que a consolidação dos regimes alimentares se dá através da articulação entre diferentes níveis escalares.

Palavras-chave: Regimes alimentares, Escala geográfica, Corporações.

Introdução

Já na década de 1950, o brasileiro Josué de Castro (1984), alertava para o fato de que a má distribuição de alimentos e conseqüentemente a fome, emergiam não como um problema de ordem natural ou como razão de guerras, mas como uma construção política e social. Tratar esse fato como tabu era uma medida de perpetuação do *status quo*. Com isso, atentava-se para a insuficiência da abordagem neomalthusiana, que via a fome como culpa dos que viviam em condição de miséria e não como um elemento estrutural. Tornava-se útil enfatizar a fome perene a não seus casos episódicos. Concordando com essa leitura, o presente texto se apoia na construção teórico-metodológica dos regimes alimentares para discutir o alimento no modo de produção capitalista.

No final da década de 1980, por meio do trabalho seminal de Friedman e McMichael (1989), os regimes alimentares foram apresentados como uma proposta teórico-metodológica de cunho interdisciplinar para a interpretação da função do alimento nos processos de acumulação do capitalismo. Desde então, autores de diversos campos do conhecimento têm se utilizado dessa abordagem para interpretar os mecanismos de poder que configuram os sistemas agroalimentares.

¹ Professor Colaborador da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Endereço eletrônico: estevancoca@uel.br

O objetivo do presente trabalho é destacar o conceito de escala geográfica como de grande utilidade para a implementação da proposta teórico-metodológica dos regimes alimentares. Com isso, visa-se dar continuidade às discussões que permearam a tese “A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm to Cafeteria Canada* (F2CC), no Canadá”, defendida em agosto de 2016 no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – com período sanduíche no Institute for Resources, Environment and Sustainability, da University of British Columbia (UBC) – sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP).

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado um amplo levantamento bibliográfico e documental sobre a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares e do conceito de escala geográfica. Foram consultados materiais em inglês, espanhol e português. A sistematização desses arquivos foi realizada por meio do *software* de referenciamento bibliográfico Mendeley, o qual possibilitou o estabelecimento de palavras-chave e a elaboração de mapas interpretativos sobre o tema trabalhado. Isso possibilitou o desenvolvimento de uma análise crítica a respeito da relação entre o alimento e o modo de produção capitalista por meio do viés geográfico.

O texto está organizado em duas partes, em adição à presente introdução e às considerações finais. Na primeira, é feita uma leitura sobre os regimes alimentares, especialmente o atual, denominado como regime alimentar corporativo. Demonstra-se como essa abordagem preza pela interdisciplinaridade como forma de se compreender as dimensões históricas da relação entre o alimentos e os períodos de acumulação do capitalismo. Na segunda, é dada ênfase à discussão sobre as articulações escalares como elementos dessa proposta teórico-metodológica. Com isso, destaca-se uma das possíveis contribuições que a Geografia pode oferecer a esse debate.

A abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares

Na abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares é dada ênfase à sua capacidade de explicar elementos da Geopolítica atual por meio das disputas por poder manifestadas nos sistemas agroalimentares em suas diferentes escalas (local, regional, nacional ou global) (FRIEDMANN, 2016). São consideradas as relações entre os Estados-Nação e desses com o capital. Por isso, ela pode ser lida como uma referência histórico-mundial

(McMICHAEL, 2016). Os regimes alimentares constroem e são construídos no bojo das relações de produção, consumo e trabalho e dos ajustes estruturais do modo de produção capitalista. Assim, eles devem ser entendidos na perspectiva das mudanças da Economia Política (McMICHAEL, 2014), tendo como elementos o sistema internacional estatal, a divisão do trabalho e comércio, as regras e discursos, a relação entre agricultura e indústria e as formas de acumulação do capital e suas transições.

McMichael (2016) chama a atenção para o “food regime project”, ou seja, cada um dos regimes alimentares pode ser explicado por um concomitante projeto de sociedade atrelado ao modo de produção dominante, sendo eles: Projeto Colonial; Projeto de Desenvolvimento e Projeto de Globalização.

O Projeto Colonial tem como marco inicial a década de 1870, remetendo ao contexto da I Revolução Industrial, na Inglaterra, após o estabelecimento da Lei dos Cercamentos, um marco do fortalecimento do regime privado de propriedade da terra. Pela primeira vez, os bens alimentares começaram a ser produzidos em grande quantidade e distribuídos mundialmente, com destaque para a carne e o trigo (BURCH; LAWRENCE, 2009). Com isso, o primeiro regime alimentar foi caracterizado por fatores como a hegemonia britânica no comércio internacional de alimentos, a expansão de áreas de produção nas colônias europeias e a predominância da retórica do livre-mercado como forma de regulação da economia (WITTMAN, 2011).

A produção de alimentos na periferia do capitalismo contribuiu com a industrialização da Inglaterra e de outras potências europeias, ou seja, foi funcional à expansão das relações capitalistas e conseqüentemente do modelo de trabalho centralizado na fábrica. Na medida em que aumentava o êxodo rural e a massa trabalhadora se estabelecia nas cidades, os alimentos produzidos pelas colônias se tornavam valiosas ferramentas para o barateamento da mão-de-obra e o desvio de pressões sociais.

O primeiro regime alimentar terminou com a I Guerra Mundial (1914-1918), quando os fluxos de bens e mercadorias característico do período colonial foi afetado pelas dissidências relacionadas ao conflito bélico.

O Projeto de Desenvolvimento começa em 1945, após a II Guerra Mundial (FRIEDMANN, 1993) e coincide com a rigidez do modo de produção fordista e a predominância dos princípios econômicos keynesianos (HARVEY, 1992). No segundo regime alimentar global ocorreu a independência de colônias na África e na Ásia, ruindo por completo

as bases do Projeto Colonial. Também se destaca nesse período a hegemonia dos EUA como referência político-econômica global dentre os países capitalistas, o que pode ser atestado pela sua liderança na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da predominância do dólar como principal moeda mundial. Isso se dava no contexto de Guerra Fria, onde a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representante do mundo comunista, disputava com os EUA a liderança política global.

Na agricultura, houve a consolidação do agronegócio, por meio da união de diversos sistemas como o produtivo, o tecnológico, o comercial, o mercantil e o financeiro (DAVIS; GOLDBERG, 1957). Também nesse contexto destacou-se a adoção de subsídios por parte de países do Hemisfério Norte, o que, aliado ao processo de mecanização da produção, gerou uma crise de superprodução (FRIEDMANN, 2016). Como parte da solução, o governo dos EUA usou mecanismos multilaterais como o Programa de Alimentação Mundial (PAM), da ONU, para a doação de alimentos para alguns países do Hemisfério Sul, beneficiando seu setor agrícola (MARGULIS, 2017).

Ainda nesse período, houve a emergência dos “Pivô do Atlântico”, caracterizado por um forte fluxo de alimentos entre os EUA e a Europa e a emergência dos *New Agriculture Countries* (Novos Países Agrícolas - NACs), dentre os quais o Brasil, que reproduziam as práticas agrícolas estadunidenses, se inserindo assim, na dinâmica da denominada “Revolução Verde” (FRIEDMANN, 1993). O declínio do segundo regime alimentar global se deu com a crise do petróleo de 1973, que marca o fim do modelo baseado no fordismo e no keynesianismo e a emergência da acumulação flexível e o ideário pós-moderno (HARVEY, 1992).

Por seu turno, o Projeto de Globalização começa na década de 1980 e demarca a ascensão do regime alimentar corporativo, o qual é nomeado dessa forma como uma referência ao fato de que nesse estágio do capitalismo as funções do Estado-Nação são reduzidas a de “gestor” de políticas públicas ou de suporte para a ação do capital empresarial (SANTOS, 2004).

Vale ressaltar que dentre os autores que tem se apoiado na abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, não existe consenso sobre a existência do terceiro regime alimentar. Friedman (2016), por exemplo, considera que o terceiro regime alimentar ainda está em emergência, sendo gerado pelo capitalismo verde como resultado de pressões dos movimentos ambientalistas. Além do mais, tal autora pontua a relação desse processo com a *supermarket revolution*, que denota o relevante papel que o setor varejista tem adquirido na

alimentação da população mundial. Por outro lado, McMichael (2009, 2014, 2016) defende que o terceiro regime alimentar já existe, sendo resultado de um novo período de acumulação do capitalismo com o neoliberalismo e a globalização. Assim, existiria a liberação dos mercados e a privatização dos bens naturais como parte da neoliberalização da natureza (McMICHAEL, 2012). Nesse trabalho, concorda-se com essa segunda interpretação, o que abre perspectiva para a leitura das relações escalares estabelecidas pelas grandes corporações.

A escala geográfica e os regimes alimentares: elementos teórico-metodológicos para discutir o regime alimentar corporativo

Considerando a essência interdisciplinar dos regimes alimentares, o conceito de escala geográfica é visto como de grande valia para se analisar os tensionamentos entre o global e o local nas disputas por poder internas e externas aos sistemas agroalimentares (COCA, 2016; VALÉRIO, 2015). Isso adquire importância na medida em que é impossível dar conta de compreender um objeto de estudo sem levar em consideração com qual(is) escala(s) ele se envolve (MELAZZO; CASTRO, 2007). Ou seja, a referência espacial é de fundamental importância na compreensão das ações de dominação e resistência que compõem a atualidade do sistema agroalimentar (SONNINO, 2010; WEKERLE, 2004).

A escala geográfica é diferente da escala cartográfica, pois não possui apenas o objetivo de representar um elemento, indo além disso ao esclarecer as relações que a sociedade possui com o representado (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983). Assim, a escala geográfica vai além da métrica, pois é uma construção social, emergindo das estratégias que os sujeitos e/ou grupos utilizam para sobreviver (SMITH, 1992). Isso quer dizer que a escala deve ser lida na perspectiva da Economia Política, pois está relacionada às disputas de poder que se manifestam entre as classes sociais no modo de produção capitalista (MARSTON, 2000). Tal assertiva, faz da escala geográfica um recurso analítico para a apreensão das “geometrias do poder” no espaço (MASSEY, 2009). Por meio da escala pode-se avaliar as diferentes formas pelas quais se dão os efeitos da relação tempo-espaço na globalização e os diferentes rebatimentos desse processo na vida das pessoas e das comunidades.

Com base na contribuição de autores como Smith (1992) e Swyngedouw (2004), pode-se compreender que as escalas são geradas por meio de “ajustes espaciais”. Elas são produzidas e reproduzidas nas disputas pelo espaço, sendo que na atualidade, isso deve ser entendido como

uma busca pela reprodução do capitalismo efetivada principalmente pelas grandes empresas e a mediação dos Estados-Nação. Os projetos de poder são delineados por meio da destruição e/ou superação de determinadas escalas e do domínio e/ou fortalecimento da relação com outras.

Também entende-se que conhecer as narrativas escalares é de grande valia para a interpretação de um projeto de poder (SNEDDON, 2003). Em outros termos, ganha grande relevância na atualidade a leitura espacial da ação política de sujeitos e instituições. Isso envolve cada vez mais, não apenas o estabelecimento de uma escala prioritária, mas a articulação entre diferentes níveis escalares (VAINER, 2006), de modo que até mesmo a consolidação do domínio dos processos globais do fluxo de alimentos deve ser lido a partir dos processos locais.

Tendo essas referências, aqui é defendida a ideia de que a leitura da constituição do regime alimentar corporativo, o qual impera na atualidade, deve levar em consideração a dimensão escalar desse processo, fazendo referência às disputas de poder expressas no espaço. O regime alimentar corporativo é um exemplo dos “ajustes espaciais” do capitalismo no atual período de globalização neoliberal.

Ness caso, a análise do regime alimentar corporativo deve levar em consideração as narrativas de poder que podem ser percebidas pela construção de um imaginário social que visa convencer diferentes povos e comunidades acerca de uma globalização que se apresenta como fábula, sem levar em consideração suas perversidades (SANTOS, 2000). A globalização é apontada como um processo em benefício de todos por meio do encurtamento das distâncias, do contato com a alteridade, a difusão universal das técnicas e a predominância de um mundo cognoscível, onde a história possui um único motor. Porém, ela possui um lado perverso, pois os seus supostos benefícios não podem ser desfrutados por todos. Pelo contrário, apenas uma pequena minoria, em sua grande parte no Hemisfério Norte, é quem tem acesso às vantagens de um mundo globalizado. Isso pode ser percebido, por exemplo, na distribuição espacial de fome, que atinge de modo mais incisivo países do Hemisfério Sul, com destaque para o Chifre da África e o Sudoeste Asiático (FAO, 2014).

Isso pode ser percebido na produção e no consumo de alimentos. Ou seja, as contradições do processo de globalização afetam tanto os produtores de alimentos como os consumidores (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2015).

A produção tem sido afetada, antes de mais nada, pela ideologia do livre-mercado, fato que tem tornado inviável a permanência na terra a milhões de camponeses, os quais são forçados a migrar para os centros urbanos (MAZOYER; ROUDART, 2006). Predomina a compreensão de que apenas o mercado deve controlar o preço dos alimentos, utilizando-se para isso de mecanismos multilaterais como é o caso do *Agreement on Agriculture* (Acordo sobre a Agricultura), estabelecido no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) (MURPHY, 2009). Isso fortalece o processo de mercantilização da comida (PATEL, 2009), indo no sentido contrário à sua atribuição como um Direito Humano Universal (McMICHAEL, 2015; WITTMAN, 2011). Não à toa, desde a crise econômica de 2007-2008, a ocorrência de saques de comidas em países da África, da América Latina e do Sudoeste Asiático (BAVIERA; BELLO, 2009) chamou a atenção para a perigosa tendência de controle de alguns importantes gêneros alimentícios pelas bolsas de valores, como as de Chicago e Londres (SHIVA, 2001). Isso assevera que o mercado financeiro tem se sobreposto ao entendimento do alimento como um Direito Humano Universal.

Também exemplifica os efeitos da globalização perversa na esfera produtiva a aplicação de mecanismos que possibilitam o controle genético de grande parte da agricultura global, o que pode ser lido como parte da transladação do poder para a escala celular (ROSE, 2007) ou então como componente de um novo paradigma, caracterizado pela bioengenharia (MOREIRA, 2006). Em razão disso, têm ocorrido a diminuição da variedade alimentar em escala mundial (STÉDILE; CARVALHO, 2011). Pior ainda, as mesmas empresas que controlam a comercialização de sementes também são aquelas que produzem a maior parte dos agrotóxicos indicados para que elas possam se desenvolver (KLOPPENBURG, 2008). Ou seja, cria-se um círculo vicioso totalmente prejudicial à biodiversidade e a agricultura camponesa (PFRIMER; COCA; BARBOSA JÚNIOR, 2016).

Pode-se citar também os grandes negócios de terras agrícolas envolvendo estrangeiros como uma das dimensões escalares do regime alimentar corporativo que têm afetado a produção de alimentos. Eles são exemplos de como *players* do sistema agroalimentar atuam para além da escala nacional no intuito de estabelecer reservas de valor.

Como destacado por Wolford e outros (2013), tais fatos não podem ser lidos de modo simplista como se os estrangeiros estabelecem o domínio das terras de países considerados subdesenvolvidos de modo violento e sem consentimento. Contudo, o que ocorre na verdade, é que muitos países veem nisso uma possibilidade de investimento e por isso, incentivam tais

ações. Ocorre que, como destacado por Li (2011), em grande parte dos casos, o que pode ser percebido na aquisição de grandes porções de terras por estrangeiros é a desterritorialização de comunidades camponesas e o aumento dos índices de desemprego no campo, além da perda da soberania dos Estados-Nação sobre seus territórios.

Por seu turno, o consumo de alimentos tem sido afetado por meio da padronização da dieta global, tendo por exemplo o consumo cada vez maior dos de tipo processado, a exemplo dos *fast foods* (SCHLOSSER, 2001) e o cada vez menor consumo de frutas, verduras e legumes (STUCKLER; NESTLE, 2012). Faz parte disso o que Dixon (2009) chama de *nutritionalization*, um processo de manipulação dos valores nutricionais dos produtos alimentícios em favor do regime alimentar corporativo. O que ocorre é a modificação de algumas das características nutricionais dos alimentos com o intuito de atender as demandas atuais apresentadas pela população. Como na atualidade tem sido comum questionamentos pontuais a elementos como o excesso de açúcar, o glúten e outros, empresas do setor alimentício mudam alguns dos componentes dos produtos por elas oferecidos, contudo, não alteram a lógica concentradora e desigual dos sistemas agroalimentares, possibilitando a retomada do controle do processo de alimentação por cada povo. A oferta da Coca-Cola do tipo Stevia pode ser tido como um exemplo disso. Baseada nessa planta originária da América do Sul, essa grande multinacional promete um refrigerante com 50% menos de açúcar do que o habitual. É uma tentativa de se adaptar ao crescente mercado de produtos naturais.

Outro processo de denota a dinâmica de “ajuste espacial” do regime alimentar corporativo está relacionado às articulações escalares por ele efetivadas. Isso é percebido na medida em que os principais *players* do sistema agroalimentar global atuam em caráter transnacional, controlando não apenas a produção de alimentos, mas também sua inserção no mercado financeiro, as decisões políticas referentes a eles etc. (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012). Isso se dá porque na globalização, a lógica de atuação das grandes empresas tem sido a constituição de circuitos espaciais produtivos e de círculos de cooperação no espaço, como pontuado por Santos (1988). Assim, essas grandes corporações atuam para além do espaço regional, estabelecendo vínculo políticos e econômicos em escala global.

Tais fatos testificam que a dinâmica espacial dos regimes alimentares. Por mais que essa abordagem seja de cunho interdisciplinar, percebe-se que é impossível entendê-la sem levar em consideração a relação entre diferentes níveis escalares.

Comentários finais

Com esse trabalho pontuou-se a dinâmica geográfica dos regimes alimentares. Através da utilização do conceito de escala geográfica demonstrou-se que o regime alimentar corporativo – predominante na atualidade – tem estabelecido sua hegemonia por meio de narrativas escalares que influenciam o imaginário coletivo transmitindo uma falsa noção da globalização. Ao mesmo tempo em que são exaltados os possíveis efeitos positivos desse processo, são negligenciadas as suas perversidades.

Também evidenciou-se que o projeto de poder do regime alimentar corporativo se efetua por uma articulação escalar como possibilidade de auferir maiores lucros e obter o controle político e social. Isso testifica que essa construção hegemônica se dá não pela definição de uma escala prioritária, mas pelo domínio de diversos níveis escalares.

De tal modo, é possível perceber que o regime alimentar corporativo se consolida por meio de uma série de “ajustes espaciais”, os quais se destacam como forma de garantir a reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Isso se dá num contexto de diminuição das atribuições do Estado-Nação em detrimento da maior influência empresarial no ordenamento das sociedades.

Por mais que não tenha sido o objetivo desse trabalho, vale ressaltar que essa dinâmica não ocorre de modo linear. Pelo contrário, a globalização não significa a homogeneização do espaço, pois, principalmente na escala local se manifestam diversas formas de resistência. Na atualidade, a mais evidente dessa é a proposta alternativa de soberania alimentar, que tem sido pontuada em países do Norte e do Sul por uma diversidade de *players* com destaque para a coalização internacional de movimentos camponeses La Via Campesina. Nesse caso, defende-se que cada povo tem o direito de controlar seu próprio processo de alimentação. Ou seja, também nas ações de resistência percebe-se a importância das relações escalares, pois existe uma disputa sobre qual é a escala prioritária para a efetivação dos processos.

Referências

BARBOSA JÚNIOR, R.; COCA, E. L. F. The WTO' s international multilateral trade system and its effects on the production and consumption of food. Boletim Meridiano 47, Brasília, v. 16, n. 150, p. 42–49, 2015.

BAVIERA, M.; BELLO, W. Food Wars. Monthly Review, New York, v. 61, n. 3, 2009.

- BURCH, D.; LAWRENCE, G. Towards a third food regime: Behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 267–279, 2009.
- CASTRO, J. DE. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- COCA, E. L. F. A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.
- DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A concept of agribusiness. Boston: Harvard Graduate School of Business Administration, 1957.
- DIXON, J. From the imperial to the empty calorie: how nutrition relations underpin food regime transitions. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 321–333, 2009.
- FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of Food and Agriculture*. Roma: FAO, 2014.
- FRIEDMANN, H. The political economy of food: a global crisis. *New Left Review*, London, v. 197, p. 29–57, 1993.
- FRIEDMANN, H. Commentary: food Regime analysis and Agrarian Questions: widening the conversation. *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 43, n.3, p.671-692, 2016.
- HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge: Blackwell Publishing, 1992.
- LI, T. M. Centering labor in the land grab debate. *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 38, n. 2, p. 281–298, 2011.
- MARGULIS, M. The forgotten history of food security in multilateral trade negotiations. *World Trade Review*, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 25–57, 2017.
- MARSTON, S. A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, Manchester, v. 24, n. 2, p. 219–242, 2000.
- MASSEY, D. Concepts of space and power in theory and in political practice. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Barcelona/Girona, n. 55, p. 15–26, 2009.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *A history of world agriculture: from the Neolithic Age to the current crisis*. New York: Monthly Press Review, 2006.
- McMICHAEL, P. A food regime analysis of the “world food crisis”. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009.
- McMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 39, n. 3–4, p. 681–701, 2012.
- McMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein’s way with peasants, and food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2014.
- McMICHAEL, P. The right to food and politics of knowledge. *Canadian Food Studies*,

- Otawa, v. 2, n. 2, p. 52–59, 2015.
- McMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought. *The Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 43, n. 3, p. 648–670, 2016.
- MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto, 2006.
- MURPHY, S. Free Trade in Agriculture: A Bad Idea Whose Time Is Done. *Monthly Review*, New York, v. 61, n. 3, p. 78–91, 2009.
- PATEL, R. What does food sovereignty look like? *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 36, n. 3, p. 1–20, 2009.
- PFRIMER, M. H.; COCA, E. L. DE F.; BARBOSA JÚNIOR, R. C. Biopolítica, movimentos sociais e recursos genéticos: o caso do paa sementes. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 221–239, 2016.
- ROSE, N. Molecular politics, somatic ethics, and the Spirit of Biocapital. *Social Theory & Health*, Basingstoke, v. 5, n. 1, p. 3–29, 2007.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SHIVA, V. *Protect or Plunder: understanding Intellectual Property Rights*. London: Zed Books Ltd., 2001.
- SMITH, N. Contours of a Spatialized Politics: Homeless of Geographical Vehicles and the Production Scale. *Social Text*, Durhan, v. 33, n. 33, p. 54–81, 1992.
- SONNINO, R. Escaping the Local Trap : Insights on Re- localization from School Food Reform Escaping the Local Trap : Insights on Re-localization from. *Journal of Environmental Policy & Planning*, Wageningen, v. 12, n. July 2011, p. 37–41, 2010.
- STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. DE. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso em: 12 de nov. de 2015.
- STUCKLER, D.; NESTLE, M. Big food , food systems , and global health. *Plos Medicine*, San Francisco, v. 9, n. 6, p. 4–7, 2012.
- SWYNGEDOUW, E. Globalisation or “Glocalisation”? Networks, Territories and Re-Scaling. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v. 17, n. 1, p. 1–46, 2004.
- VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 9–29, 2006.
- VALÉRIO, V. J. O. A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.
- WEKERLE, G. R. Food Justice Movements: Policy, Planning, and Networks. *Journal of*

Planning Education and Research, Tallahassee, v. 23, n. 4, p. 378–386, 2004.

WITTMAN, H. Food Sovereignty a new rights framework for food and nature ? Environment and Society: Advances in Research, Wageningen, v. 2, p. 87–105, 2011.

WOLFORD, W. et al. Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land. Development and Change, Hague, v. 44, n. 2, p. 189–210, 2013.